

Conjuntura A partir do próximo ano, todas concessionárias deverão cumprir metas de produtividade

Conta de energia ganha desconto em 2006

Daniel Rittner
De Brasília

Se não surgirem imprevistos no meio do caminho, os reajustes anuais das contas de luz começarão a diminuir fortemente em 2006. Não só pela esperada queda do IGP-M, índice utilizado na correção dos contratos das distribuidoras de energia elétrica e que deverá encerrar este ano em 6,7%, segundo a previsão do mercado — taxa mais baixa desde 1998. A maior novidade será a presença de um amortecedor nos aumentos ordinários em todas as distribuidoras do país: o “fator X”, mecanismo já utilizado em parte dos contratos, mas que beneficiará 100% dos consumidores a partir do ano que vem.

Esse instrumento estava previsto desde o início do processo de privatização do setor elétrico, mas só agora sua aplicação será universal. Isso acontece porque, no momento da assinatura dos contratos que repassaram as empresas de distribuição energética à iniciativa privada, ficou definido um período — geralmente, de quatro a sete anos — após o qual seriam feitas revisões tarifárias.

As revisões são uma espécie de acerto de contas entre distribuidoras e consumidores. Um ajuste que tem como objetivo equilibrar o caixa das empresas, levando em consideração o que foi investido e os custos de operação e manutenção que os reajustes anuais não foram capazes de cobrir. O governo, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assumiu o compromisso de oferecer condições de uma rentabilidade minimamente adequada às distribuidoras.

Em 2005, passam pelo processo de revisão tarifária as últimas 16 concessionárias — uma pequena empresa catarinense, que atende 26,5 mil consumidores, ficará para o próximo ano. Foi o que ocorreu recentemente com a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe), autorizada a subir suas tarifas em 34%. Outras 16 distribuidoras ganharam o direito de aumentos com taxas superiores a 20% nesse processo.

Feitas as revisões tarifárias, que têm doído no bolso dos consumidores, vem o benefício: a Aneel fixa uma meta de produtividade, levando em conta os ganhos de eficiência obtidos nos anos anteriores, que deverá ser atingida no período seguinte. Essa meta varia de empresa a empresa. Na média, fica em 2% ou pouco mais que isso. É o que os técnicos chamam de “fator X”.

A vantagem, para os consumidores, é que esse número automaticamente passa a fazer parte da fórmula dos reajustes anuais. Pela primeira vez, em 2006, estará na fórmula que corrige todas as contas de luz no país. Um exemplo: se o IGP-M marcar 6,5% no acumulado de 12 meses, na data de aniversário do reajuste, desconta-se desse valor dois pontos

percentuais referentes ao fator X e chega-se ao índice de 4,5%.

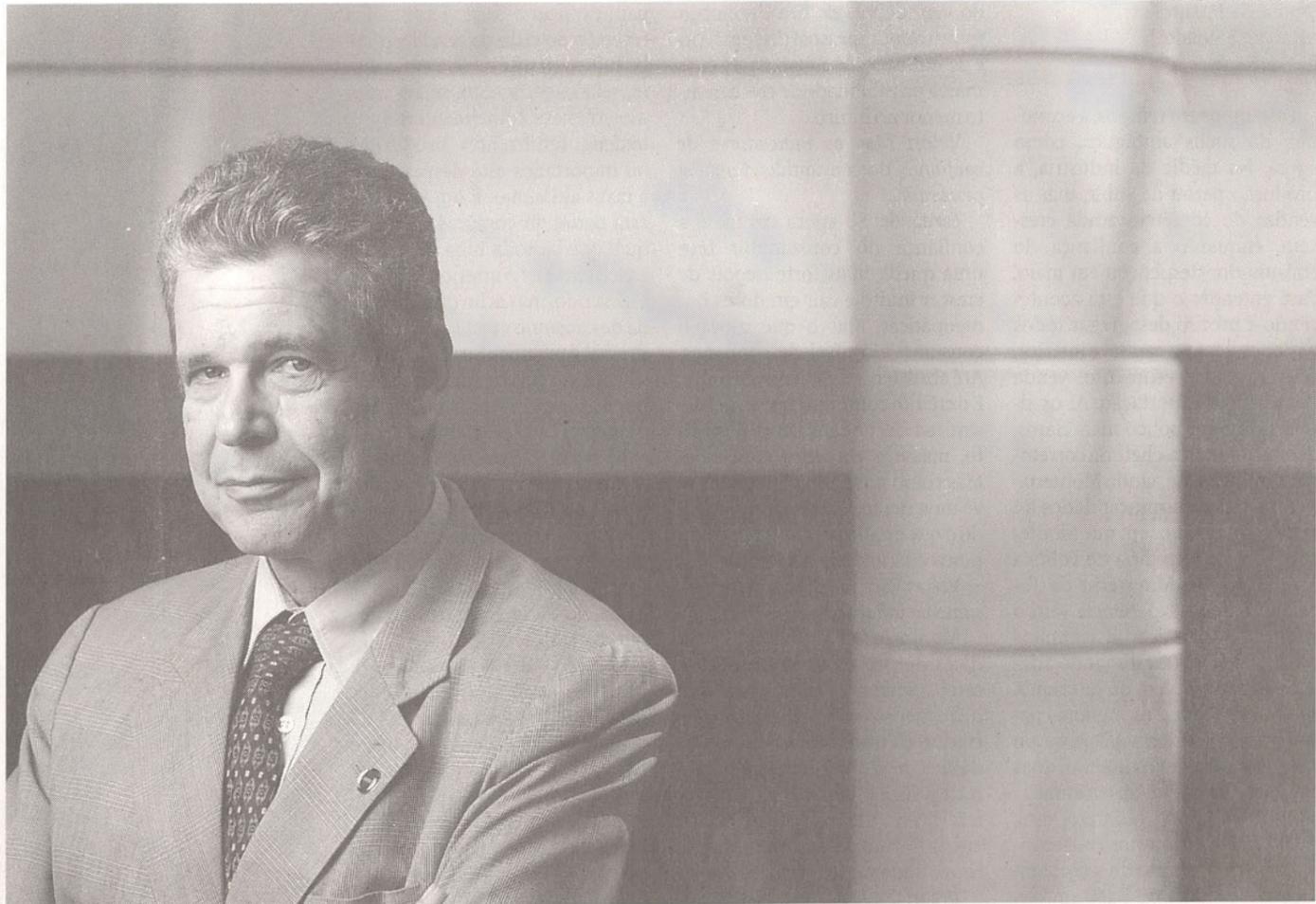
Esse valor dá a essência dos aumentos ordinários, feitos anualmente, mas não é o único aspecto levado em conta. Também é preciso ter em consideração dois tipos de custos: os gerenciáveis (salários e demais gastos com operação) e não-gerenciáveis (compra de energia das geradoras e encargos setoriais). Uma das maiores despesas é com a aquisição de eletricidade, o insumo das distribuidoras. Mas há boas notícias aí.

A queda na cotação do dólar tem diminuído o preço da energia de Itaipu, que representa entre 20% e 25% dos custos das distribuidoras com a compra de eletricidade. De um patamar superior a R\$ 110 por megawatt-hora (MWh), caiu para R\$ 90 depois que a moeda americana passou a valer menos que R\$ 2,50. Para quem começou a receber energia adquirida no megaleilão de dezembro do ano passado, em que as cotações foram consideradas muito baixas, a despesa também caiu.

Isso começará a refletir nos reajustes ordinários de 2005, mas chegará mais nas contas de luz a partir de 2006. “Certamente não seremos os vilões da inflação”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães. “O cenário é, de fato, positivo”, completa o superintendente de regulação econômica da Aneel, César Antônio Gonçalves. De abril de 1998 até abril deste ano, o custo da energia subiu 170,81%, enquanto o IPCA no mesmo período ficou em 71,71%.

Embora as circunstâncias sejam mais favoráveis, algumas decisões tomadas no passado ainda causam situações curiosas. Nas últimas semanas, duas distribuidoras gaúchas tiveram as suas correções anuais autorizadas pela Aneel. A AES Sul, que abastece quatro milhões de consumidores no Rio Grande do Sul, aumentou as suas tarifas em 10%. Na serra gaúcha, a RGE teve reajuste de 21%.

A diferença se explica pela estratégia definida pelas empresas



Jerson Kelman, presidente da Aneel: “A resolução sobre a CCC vai obrigar as usinas de geração a monitorar a entrada de combustíveis e a saída de energia”

na época do racionamento de energia. Para assegurar o insumo e livrar-se de qualquer risco de desabastecimento, a RGE optou por um contrato com a Tractebel e está pagando mais caro por isso. O custo com a compra de eletricidade aumentou 19% entre 2004 e 2005, elevando a tarifa para o consumidor final. “Só seria possível prever a atual sobra de energia com uma bola de cristal”, observa Guimarães.

A AES Sul preferiu não se garantir e a decisão, arriscada, acabou dando certo. Está atendendo as suas necessidades pela aquisição de energia leiloada em dezembro do ano passado. Com isso, essa despesa caiu 0,4% entre 2004 e 2005. É o que a Aneel chama de “esqueletos” do racionamento.

Apesar do alívio no custo da

energia e da universalização do “fator X”, as distribuidoras temem que esses ganhos para os consumidores sejam corroídos pelo peso dos tributos e encargos. Elas são a parte mais visível da cadeia produtiva, mas os impostos e contribuições representam mais de 29% do que se paga em cada conta de luz.

Entre 1998 e 2004, a tributação incluída nas contas aumentou 539%. Decisões recentes aumentaram a carga. Um exemplo é a inclusão do setor elétrico nas regras de não-cumulatividade do PIS/Cofins, ao contrário das exceções feitas às telecomunicações e a outros 13 segmentos. Por ter uma cadeia produtiva pouco extensa, o setor prejudicou-se com a elevação do PIS/Cofins, gerando um impacto para o consumidor final de 2,5% adicionais nas contas de luz.

Aneel aperta fiscalização de subsídio para região Norte

Cláudia Schüffner
Do Rio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve votar hoje, em reunião de diretoria, uma resolução para “aperfeiçoamento regulatório” da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). A CCC é o encargo cobrado de todos os consumidores para subsidiar o consumo de óleo combustível e diesel pelas térmicas instaladas no Norte, que não faz parte do sistema elétrico integrado. A energia é comprada por distribuidoras do sistema Eletrobrás.

Segundo o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, a resolução, que obedece recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), já estava em análise pela agência. Segundo Kelman, a CCC custou no ano passado R\$ 2,7 bilhões, e a previsão é que este ano a arrecadação suba para R\$ 3,5 bilhões. Ele atribui o aumento de custo do subsídio à elevação do preço da energia (esses combustíveis variam com base no barril de petróleo, sem contar que o diesel é em parte importado) e ao crescimento do consumo.

“A resolução vai obrigar as usinas de geração a monitorar a entrada de combustíveis e a saída de energia”, resumiu Kelman.

De acordo com um estudo sobre custos setoriais, enviado ao Congresso por associações de empresas do setor elétrico, a CCC respondia, no ano passado, por 3,44% dos

custos do setor, quase o dobro do destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Do total arrecadado, metade paga a energia gerada em Manaus. Cerca de um quarto é destinado à geração de energia térmica em Rondônia e no Acre e o restante vai para o resto do sistema isolado.

Em palestra na Câmara Americana de Comércio, no Rio, na sexta-feira, o diretor da Aneel também sugeriu mudanças para reduzir os gargalos que hoje atrasam os processos de licenciamento para novas usinas no país. O executivo sugere uma mudança na Lei de Crimes Ambientais, e atribuição somente para o Ibama do licenciamento de novas usinas, que hoje também precisa da aprovação de órgãos de licenciamento estaduais.

“Apesar de alguns projetos ficarem em locais de âmbito estadual, a energia produzida é federal, já que será distribuída para todo o sistema elétrico nacional. Quem se beneficia da energia produzida é a população do país”, disse Kelman.

O diretor-geral da Aneel sugeriu a criação de um sistema de aprovação, pelo Congresso Nacional, de usinas que venham a ser construídas em aproveitamentos hidráulicos que interfiram em rios, antes ou depois de terras indígenas. Isso porque a maioria dos aproveitamentos que existem para serem licitados ficam na região amazônica.

Energia em revisão

Revisão extraordinária de tarifas de energia já concedidas ou em negociação

Quem está na fila da revisão				Número de distribuidoras e percentual concedido
Companhia	Datas	Número de consumidores	Região atendida	
Depto. Mun. de Energia de Ijuí (Demei)	Jun/05	24,4 mil	1 município (RS)	6 Menor que zero
Centrais Elétricas de Carazinho (Eletrocar)	Jun/05	29,7 mil	6 municípios (RS)	
Hidrelétrica de Panambi (Hidropan)	Jun/05	12,2 mil	2 municípios (RS)	8 Entre zero e 10%
Muxfeldt, Marin e Cia. Ltda. (Muxfeldt)	Jun/05	6,5 mil	2 municípios (RS)	
Companhia Energética do Maranhão (Cemar)	Ago/05	1,4 milhão	217 municípios (MA)	16 Entre 10% e 20%
Companhia Energética do Piauí (Cepisa)	Ago/05	680,2 mil	221 municípios (PI)	
Eletrificação da Paraíba (Saelpa)	Ago/05	848,1 mil	216 municípios (PA)	10 Entre 20% e 30%
Companhia Energética de Alagoas (Ceal)	Ago/05	646,3 mil	Alagoas	
Companhia Energética de Goiás (Celg)	Set/05	1,8 milhão	246 municípios (GO)	6 Maior que 30%
Boa Vista Energia	Nov/05	61,1 mil	Boa Vista (RR)	
Manaus Energia	Nov/05	388,8 mil	Manaus (AM)	46 distribuidoras já passaram por revisão tarifária
Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron)	Nov/05	354,5 mil	50 municípios (RO)	
Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)	Nov/05	130,8 mil	20 municípios (AC)	
Usina Hidrelétrica Nova Palma (Uhenpal)	Dez/05	12,5 mil	8 municípios (RS)	
Cooperativa Aliança (Cooperaliança)	Fev/06	26,5 mil	4 municípios (SC)	

Fonte: Aneel